

Usina de Energia
Fotovoltaica Lar
do Sol II S.A.
(em fase pré-operacional)

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A. Pirapora – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de março de 2023.
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 "F" SP



Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A.

Balancos patrimoniais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	7	21.879	10	Fornecedores	10	3.450	198
Impostos a recuperar		366	-	Obrigações fiscais		636	2
Imposto de renda a recuperar		1	-	Financiamentos	11	1.690	-
Adiantamento a fornecedores		86	489	Outras contas a pagar	10	22	9
Contas a receber partes relacionadas	16	19	-	Total do passivo circulante		5.798	209
Despesas antecipadas		306	-				
Total do ativo circulante		22.657	499	Financiamentos	11	99.982	-
Aplicações financeiras vinculadas	8	2.935	-	Total do passivo circulante		99.982	-
Imobilizado em andamento	9	209.926	3.555	Patrimônio líquido	12		
Total do ativo não circulante		212.861	3.555	Capital social		130.713	4.705
				Prejuízos acumulados		(975)	(860)
				Total do patrimônio líquido		129.738	3.845
Total do ativo		235.518	4.054	Total do passivo e patrimônio líquido		235.518	4.054

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A.

Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	<u>(49)</u>	<u>(83)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>(49)</u>	<u>(83)</u>
Receitas financeiras	14	-	2
Despesas financeiras	14	<u>(66)</u>	<u>(1)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(66)</u>	<u>1</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(115)</u></u>	<u><u>(82)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício	<u>(115)</u>	<u>(82)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(115)</u>	<u>(82)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.239	(499)	(778)	(38)
Integralização de capital	12.a	3.965	-	-	3.965
Prejuízo do exercício		-	-	(82)	(82)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		5.204	(499)	(860)	3.845
Integralização de capital	12.a	126.008	-	-	126.008
Prejuízo do exercício		-	-	(115)	(115)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		131.212	(499)	(975)	129.738

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		<u>(115)</u>	<u>(82)</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(19)	-
Impostos a recuperar		(366)	-
Imposto de renda a recuperar		(1)	-
Adiantamento a fornecedores		403	(489)
Despesas antecipadas		(306)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		30	(76)
Obrigações fiscais		634	2
Outras contas a pagar		<u>13</u>	<u>9</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>273</u>	<u>(636)</u>
Aplicações financeiras vinculadas	8	(2.935)	-
Aquisição ao ativo imobilizado	9	<u>(201.832)</u>	<u>(2.978)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(204.767)</u>	<u>(2.978)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento			
Captação de principal de financiamentos	11	101.752	-
Custo de captação de financiamentos	11	(1.397)	-
Integralização de capital	12	<u>126.008</u>	<u>3.586</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>226.363</u>	<u>3.586</u>
Aumento líquido / (redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>21.869</u>	<u>(28)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	10	38
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	<u>21.879</u>	<u>10</u>
		<u>21.869</u>	<u>(28)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A. (“Companhia”) é uma usina de Energia, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. Sua controladora direta é a Atlas Lar do Sol Holding Ltda.

A Companhia foi constituída em 27 de agosto de 2018, e tem como objeto social a implantação e exploração da usina de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, cadastrada na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, sob o CEG nº UFV.RS.MG.037834-8.

A Companhia recebeu autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica com potência total instalada de 49,50 MW por 35 anos, que compreende ao período de 09 de abril de 2019 a 08 de março de 2054. Ao final do prazo de autorização a Companhia poderá solicitar a renovação da autorização e em caso de não renovação, não possui direito a receber qualquer indenização dos bens do ativo imobilizado.

A Companhia terá sua operação dedicada ao suprimento dos contratos de venda de energia firmados bilateralmente no ambiente de contratação livre, na modalidade de autoprodução, tendo início de suprimento em 01 de janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2042, no qual a Companhia fornecerá 107,5 GWh por ano.

Atualmente a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, com expectativa de entrar em operação no primeiro semestre de 2023. Para o ano de 2023 a Companhia fornecerá energia através de contrato bilateral firmado no ambiente de contratação livre.

1.2 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros

A Companhia apresentou prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 115 (R\$ 82 em 31 de dezembro de 2021). O prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 975 (R\$ 860 em 31 de dezembro de 2021), esse prejuízo se justifica principalmente pelo fato da Companhia ainda não ter iniciado suas operações.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 02 de março de 2023.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma

4 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos, passivos e resultados no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos tangíveis – nota explicativa nº 9:** Refere-se a ativos de imobilizados em andamento, assim que o ativo atingir o estágio de conclusão previsto pela Administração, a depreciação será feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A vida útil dos ativos será determinada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recurso que tal ativo espera prover, limitando-se ao prazo da autorização;
- **Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) – nota explicativa nº 9:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2021.
- **Instrumentos financeiros – nota explicativa nº 17:** Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

5 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente corresponde ao imposto a pagar estimado sobre a presunção do faturamento da Empresa. O montante dos impostos correntes a pagar são reconhecidos no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros; e
- despesa bancárias;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de construção, que inclui principalmente os custos de obtenções de licenças ambientais, serviços de construção e compra de equipamentos para montagem das usinas fotovoltaicas.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A Companhia não possui despesas de depreciação, tendo em vista que se encontra em fase pré-operacional.

O imobilizado em andamento registrado pela Companhia corresponde aos gastos ocorridos até o momento para a obtenção de licenças, aquisição de equipamentos e contratação de serviço para a construção das usinas fotovoltaicas. Neste período de construção estes gastos ativados estão sujeitos apenas as eventuais reduções por perda do valor recuperável (*impairment*), caso sejam detectadas evidências substanciais de perda. A depreciação destes ativos iniciará assim que terminar o período de construção e os ativos estiverem nas condições pretendidas pela Administração.

A vida útil estimada da usina fotovoltaica, assim que concluída, será de 30 anos, limitada ao prazo de autorização.

e. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao custo amortizado, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado); ou
- ao VJORA (Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar, irrevogavelmente, por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do

ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

6 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023, aos quais a Companhia não espera impactos significativos.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial.

A Companhia monitora os desenvolvimentos futuros.

b) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32 e IAS 12)
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Depósitos à vista (a)	17	10
Aplicações financeiras (b)	<u>21.862</u>	<u>-</u>
Total de Caixa e equivalente de caixa	<u>21.879</u>	<u>10</u>

(a) Inclui depósitos bancários disponíveis prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

(b) As aplicações financeiras referem-se à certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 98% ao ano, não excedendo os seus respectivos valores de mercado

8 Aplicações financeiras vinculadas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Aplicações financeiras vinculadas	<u>2.935</u>	<u>-</u>
	<u>2.935</u>	<u>-</u>

Os valores em 31 de dezembro de 2022 são relativos ao contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Conforme contratos, a Companhia tem a obrigação de manter em caução 2,5% do valor da dívida. Os valores são mantidos como caixa restrito e estarão disponíveis para utilização a longo prazo, conforme realização dos pagamentos.

9 Imobilizado em andamento

Conciliação do valor contábil:

Custo de aquisição:	31/12/2020	Transferência por reorganização societária (i)	Adições (ii)	31/12/2021	Adições (ii)	Juros e custo incorrido capitalizados (iii)	31/12/2022
Adiantamento a fornecedores	-	379	1.330	1.709	17.559	-	19.268
Imobilizado em andamento	-	-	1.846	1.846	188.746	66	190.658
Total do custo	-	379	3.176	3.555	206.305	66	209.926

- (i) Em 28 de fevereiro de 2021, a então controladora Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A., realizou a transferência do controle da Companhia para Lar do Sol Holding Ltda, como parte da reorganização societária, foi realizada a transferência de ativo imobilizado, detidos pela controladora para as controladas, sem efeito caixa, conforme detalhado na nota explicativa nº 12.
- (ii) As aquisições referem-se a serviços e materiais oriundos da construção da usina fotovoltaica. A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício de 2022 também está reconhecida neste item.
- (iii) Juros sobre financiamentos e custos de captação de financiamentos capitalizados ao ativo imobilizado, líquidos da receita de juros de aplicação financeira advindos da obtenção dos financiamentos. O detalhamento dos saldos está demonstrado na nota explicativa nº 11.

Conforme previsto na política contábil de imobilizado constante na nota explicativa nº 5.d, a Companhia não reconheceu em 31 de dezembro de 2022 despesas com depreciação, tendo em vista que se encontra em fase pré-operacional e o ativo está em andamento, ou seja, não se encontra nas condições pretendidas pela Companhia.

A Companhia avaliou que até 31 de dezembro de 2022 não existiam evidências de perda do valor recuperável de seu imobilizado em andamento.

10 Fornecedores e outras conta a pagar

O saldo de fornecedores e contas a pagar é representado por obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contratação de serviços (a)	3.450	198
Total de fornecedores	3.450	198
Outras provisões	22	9

Total de outras contas a pagar	22	9
Total de fornecedores e outras contas a pagar	3.472	207

- (a) Os saldos de serviços a pagar referem-se às contratações necessárias para o processo de construção do parque, como máquinas, equipamentos, construção civil e demais compromissos para construção do parque fotovoltaico.

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 17.

11 Financiamentos

	2022
Financiamentos	
Saldo inicial – 31 de dezembro de 2021	-
Financiamentos tomados (principal)	101.752
Juros incorridos (a)	1.283
Amortização do custo de captação	34
Custo de captação	(1.397)
Saldo final – 31 de dezembro de 2022	101.672
Circulante	1.690
Não Circulante	99.982

- (a) Os juros incorridos de financiamentos são considerados como adição de imobilizado, conforme nota explicativa nº 9 ii.

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

	Taxa de juros	Vencimento final	31/12/2022	31/12/2021
Financiamentos	IPCA(*) + 3,15 % a.a.	Nov/45	101.672	-
			101.672	-
Circulante			1690	-
Não circulante			99.982	-

Os financiamentos mantidos pela Companhia, foram celebrados em 22 de outubro de 2021, e tiveram a primeira liberação no montante de R\$ 101.752, nos meses de junho e agosto de 2022, com o banco BNB (Banco do Nordeste do Brasil S.A.), e são exclusivamente para a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas. O prazo de financiamento é de 24 anos, tendo último vencimento em 15 de novembro de 2045, com carência de 2 anos para o principal e pagamento mensal de juros, calculados através da taxa de 3,15% a.a. + IPCA.

Os montantes das parcelas do não circulante são compostos por ano de vencimento conforme demonstrado abaixo:

Vencimento em:	2022
2024 (a)	5.299
2025	2.096
2026	2.409
2027	2.741
2028 até 2045	87.437
	99.982

(a) Em 2024 se espera uma maior saída de caixa em função do término do período de carência para pagamento do principal.

A Companhia possui um bônus de adimplência de 15% caso realize os pagamentos conforme os vencimentos, sem atrasos. Os financiamentos bancários estão garantidos pelos contratos de venda de energia, emissão de cartas de fianças e garantia dos sócios, conforme a seguir.

O contrato estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) cujo eventual descumprimento pode acarretar vencimento antecipado da dívida. Os *covenants* são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores. No caso da dívida captada junto ao BNB, os principais *covenants* são:

- Cumprir rigorosamente a legislação ambiental;
- Comprovar perante o BNB a correta aplicação dos recursos captados após a sua entrada e utilização; e
- Manter, por todo período do financiamento, a autorização de operação da usina fotovoltaica, bem como cumprir com os requerimentos firmados no contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Todas as cláusulas restritivas (*covenants*) inerentes ao contrato de financiamentos requeridas são acompanhadas pela Administração da Companhia.

Garantias prestadas

O financiamento celebrado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”), tem como fiadores o Banco BTG Pactual. O Fiador emitiu cartas de fiança em favor do BNB, a fim de garantir o cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia.

A título de conta garantia em favor dos Fiadores, as obrigações da Companhia foram asseguradas pelas seguintes garantias:

- garantia fidejussória prestada por Lar do Sol Holding e Atlas Brasil Holding 2;
- alienação fiduciária de quotas da Companhia, de titularidade dos sócios;
- alienação fiduciária dos equipamentos de titularidade da Companhia;

- cessão fiduciária dos direitos creditórios advindos do Projeto de titularidade da Companhia e das contas relacionadas ao Projeto;
- compromisso de aporte de capital na Companhia, pelos sócios;
- solidariedade entre as SPEs;
- cessão gratuita do direito de superfície;
- fiança bancária vigente até a comprovação do Aporte Total.

12 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 136.003 (R\$ 103.604 em 31 de dezembro de 2021) representado por 27.475.320 ações, nominativas e sem valor nominal, parcialmente integralizadas, sendo 13.737.660 ações ordinárias, das quais 13.203.335 ações ordinárias subscritas e integralizadas e 13.767.660 ações preferenciais, sendo 13.203.335 ações preferencias subscritas e integralizadas. O total de capital social integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 130.713 (R\$ 4.705 em 31 de dezembro de 2021).

Em 09 de agosto de 2022 a controladora Lar do Sol Holding Ltda., firmou contrato de compra e vendas de ações com a Unipar Carbocloro S.A., no qual realizou a venda de 10% das ações da Companhia, passando a deter de 90% das ações da Lar do Sol II.

Conforme alterações contratuais ocorridas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia realizou a integralização de R\$ 126.008 mediante transferências bancárias efetuadas ao longo de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, foi aprovado aumento de capital social no montante de R\$ 3.965, mediante quitação do saldo de partes relacionadas gerados e liquidados em 2021 com a controladora Lar do Sol Holding Ltda.

Conforme alteração contratual ocorrida em 28 de fevereiro de 2021 a Companhia passou por processo de reorganização societária e sua antiga Controladora Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A., realizou a transferência do controle para a Lar do Sol Holding Ltda., que passou a deter 100% das ações da Companhia. Mediante esta operação, a controladora transferiu mediante integralização de capital em R\$ 379, sem efeito caixa, conforme nota explicativa nº 9 e 19.

b) Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apurou o prejuízo de R\$115 (R\$82 em 31 de dezembro de 2021). Mediante a isso, não foram reconhecidos valores referentes a reserva legal.

c) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral. Em função do prejuízo mencionado na nota explicativa nº 12 b., não houve reconhecimento da referida reserva.

d) Dividendos

Conforme previsto no inciso I do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei 6.404/76 a Companhia reconhece a cada exercício a distribuição mínima 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, quando apurado lucro no final do exercício. Em função do prejuízo apurado, não há dividendos a serem distribuídos.

13 Despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Despesas gerais e administrativas		
Contabilidade e auditoria	(40)	(80)
Assessoria e advogados	-	(1)
Serviços de assessoria e consultoria	-	(1)
Taxas diversas	(8)	(1)
Despesas e provisões diversas	(1)	-
Total	(49)	(83)

14 Receitas financeiras e despesas financeiras

	2022	2021
Receitas financeira		
Rendimento sobre aplicações financeiras	-	2
Total	-	2
Despesas financeira		
Despesas bancárias	(66)	(1)
Total	(66)	(1)
Resultado financeiro, líquido	(66)	1

15 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possui saldo remanescente a pagar de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido por não haver base tributável para tal. Durante o exercício de 2022, a Companhia apurou despesa dos referidos impostos, aos quais estão considerados como adições no ativo imobilizado, conforme nota explicativa nº 9 ii.

	2022
Demais receitas - (i)	2.190
Base de cálculo do IRPJ	2.190

Imposto de renda a alíquota de 25%	(548)
Total IRPJ	(548)
Base de cálculo da CSLL	2.800
Contribuição social a alíquota de 9%	(197)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(745)
Alíquota efetiva (%)	34%

Refere-se a receitas financeiras transferidas para o ativo imobilizado, considerada como redutora da adição, conforme nota explicativa nº 9

16 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora é a Lar do Sol Holding Ltda e o controlador final é a sociedade Global Infrastructure Management LLC.

b. Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços, representada por salários e outros benefícios de curto prazo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 foi realizada pela Atlas Brasil Energia Holding 3 e 2021 pela Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.

c. Operações com partes relacionadas

Contas a receber	2022	2021
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.	19	-
	19	-

17 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Como o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se aproximam do valor contábil não foi incluído informações sobre o valor justos desses instrumentos financeiros.

	Nota	31/12/2022		31/12/2021	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	7	21.862	17	-	10
Contas a receber partes relacionadas	17	-	19	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	9	2.935	-	-	-

Total		<u>24.797</u>	<u>36</u>	<u>-</u>	<u>10</u>
Passivos					
Fornecedores	11	-	3.450	-	198
Financiamentos	12	-	101.672	-	
Outras contas a pagar	11	-	22	-	9
Total		<u>-</u>	<u>105.144</u>	<u>-</u>	<u>207</u>

		<u>2022 - Valor contábil e valor justo</u>		<u>2021 - Valor contábil e valor justo</u>	
	Nível hierárquico do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	21.879	21.879	10	10
Contas a receber partes relacionadas	Nível 2	19	19	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	2.935	2.935	-	-
Total		<u>24.833</u>	<u>24.833</u>	<u>10</u>	<u>10</u>
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	3.450	3.450	198	198
Financiamentos	Nível 2	101.672	101.672	-	-
Outras contas a pagar	Nível 2	22	22	9	9
Total		<u>105.144</u>	<u>105.144</u>	<u>207</u>	<u>207</u>

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo apresenta a técnica de valorização utilizada na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, assim como *inputs* não observáveis significativos utilizados:

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis
Outros passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos esperados, descontado por uma taxa ajustada de risco	Não aplicável

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

b. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco cambial e
- Risco de taxa de juros

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades a Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e equivalentes de caixa	21.879	10
Contas a receber partes relacionadas	19	-
Aplicações financeiras vinculadas	2.935	-
Total	<u>24.833</u>	<u>10</u>

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Empresa centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. a Empresa prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

31 de dezembro de 2022

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				Mais que 10 anos
		Total	2 anos ou menos	3 - 5 Anos	6 - 10 anos	
Passivos financeiros						
Fornecedores	3.450	3.450	3.450	-	-	-
Outras contas a pagar	22	22	22	-	-	-
Financiamentos	101.672	199.460	1.206	29.610	45.462	117.182
	105.144	202.932	4.648	29.610	45.462	117.182

31 de dezembro de 2021

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				Mais que 10 anos
		Total	2 anos ou menos	3 - 5 Anos	6 - 10 anos	
Passivos financeiros						
Fornecedores	198	198	198	-	-	-
Outras contas a pagar	9	9	9	-	-	-
	207	207	207	-	-	-

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(iv) Risco cambial

A Companhia realizou operações usuais de compras no decurso de suas operações, porém em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possui saldos passivos em moeda estrangeira, logo não está sujeita ao risco cambial.

(v) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia possui financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

(vi) Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação (IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*), a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2022	Cenário provável 31/12/2023	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices IPCA (a)	5,79%	5,31%	5,31%	6,64%	7,97%
Risco de redução das taxas de juros e índices CDI (b)	12,39%	12,37%	12,37%	15,46%	18,56%

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 31/12/2022	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Financiamentos	IPCA	(101.672)	(5.399)	(6.748)	(8.098)	(4.049)	(2.699)
Total		<u>(101.672)</u>	<u>(5.399)</u>	<u>(6.748)</u>	<u>(8.098)</u>	<u>(4.049)</u>	<u>(2.699)</u>
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras	CDI	<u>24.797</u>	<u>3.067</u>	<u>3.834</u>	<u>4.601</u>	<u>2.301</u>	<u>1.534</u>

(a) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Boletim Focus

(b) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

18 Contingências

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2022 e 2021 contingências passivas com avaliação de risco de perda provável e possível.

19 Informações complementares ao fluxos de caixa

a) Informações suplementares

Transações que não envolvem caixa:

	Nota	2022	2021
Integralização de capital social (a)	13	-	379
Transferência de ativo imobilizado	10	-	(379)
Fornecedores	11	3.222	198
Aquisição ao ativo imobilizado	10 – ii	(4.473)	(198)
Juros e custo incorrido capitalizados	10 – iii	(66)	-
Juros incorrido sobre financiamentos	12	1.283	-
Custo de captação incorrido	12	34	-
Efeito líquido no fluxo de caixa		<u>-</u>	<u>-</u>

(a) Conforme nota explicativa nº 12.a

20 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	2023	2024	2025	2026	2027 a 2037	Total
TUST (a)	(2.044)	(2.129)	(2.207)	(2.275)	(30.233)	(38.888)
Contratos de (O&M) (b)	(412)	(374)	(424)	(447)	(6.611)	(8.268)
Seguros e garantia (c)	(149)	(156)	(146)	(150)	(1.785)	(2.386)
Arrendamento (d)	(70)	(253)	(262)	(270)	(3.583)	(4.438)
Outros (e)	(607)	(493)	(512)	(530)	(7.151)	(9.293)
Total	<u>(3.282)</u>	<u>(3.405)</u>	<u>(3.551)</u>	<u>(3.672)</u>	<u>(49.363)</u>	<u>(63.273)</u>

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (TUSD)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2023 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2023/2024 (julho/22 a junho/23) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2023 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2022/2023.

b) Seguros e garantias

A Companhia possui contratos de seguros e garantias para manutenção e asseguarção das plantas fotovoltaicas.

c) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

d) Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento dos terrenos pertinentes a utilização para instalação do parque fotovoltaico.

e) Outros

A Companhia possui outros contratos que possivelmente incorrerão em despesas futuras, como, despesas intercompany, serviços profissionais, despesas bancárias, responsabilidade social e custos e despesas ambientais.

Luiz Maia Gutierrez Ballester
Diretor
CPF: 832.797.505-63

Julio Roberto Baruchi
Contador
CRC: 1SP206243/O-5
CPF: 008.175.478-78

* * *